

PESQUISADORES SOCIAIS E POVOS
E COMUNIDADES TRADICIONAIS: A
COMUNICAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE
RESISTÊNCIA E INSURGÊNCIA NA AMAZÔNIA¹
SOCIAL RESEARCHERS AND TRADITIONAL PEOPLE
AND COMMUNITIES: COMMUNICATION AS A
RESISTANCE AND INSURGENCE POSSIBILITY
IN THE AMAZON

*Fernando Augusto Ribeiro Costa*²

*Leonardo Pantoja Corrêa*³

*Helena Doris de Almeida Barbosa*⁴

Resumo: Nesse artigo busca-se centralmente suscitar o debate sobre a necessidade de se perceber a comunicação enquanto elemento propulsor e disseminador de um duplo movimento de povos e comunidades tradicionais na Amazônia: a resistência ao exercício do poder hegemônico e a insurgência a ele por meio de ações que tem nas lutas e na construção de saberes os pontos chave de motivação. Partindo da percepção de uma aparente tentativa de invisibilização dessas lutas e saberes, busca-se salientar que o processo contrário deve ser

¹ Trabalho recomendado para publicação. Originalmente apresentado no *I Seminário Conexões: o papel das Ciências Sociais Aplicadas na Defesa e Construção da Universidade Pública e Gratuita*, realizado pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, entre os dias 12 e 14 de novembro de 2018. Título original: Pesquisadores sociais e povos e comunidades tradicionais: o desafio comunicacional para as Ciências Sociais Aplicadas.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFGA). E-mail: fernando.costa@naea.ufpa.br.

³ Graduando de Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: leopantoja228@gmail.com.

⁴ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, Faculdade de Turismo, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFGA. E-mail: hdoris@ufpa.br.

empreendido a partir do modo como o pesquisador-cientista social se coloca em meio e junto a esses povos. A partir de um estudo bibliográfico e documental, analisam-se maneiras possíveis para uma colaboração entre a Academia e povos e comunidades tradicionais na Amazônia visando a evidenciar a necessidade de os pesquisadores se colocarem também como comunicadores estabelecendo com esses povos e comunidades relação colaborativa enquanto uma possível estratégia de resistência. Aponta-se como um modelo agregador de resistência e insurgência o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia que serve, nesse sentido, ao propósito de mostrar que é possível fazer frente à invisibilização das lutas e dos saberes de povos e comunidades tradicionais em compasso com a produção do saber da Academia.

Palavras-chave: Povos e Comunidades Tradicionais. Pesquisa científica. Comunicação. Ciências Sociais Aplicadas. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Abstract: This paper seeks to raise the debate on the need to build communication as a driving force and disseminator of a double movement of traditional peoples and communities in the Amazon: resistance to the exercise of hegemonic power and the insurgency to it through actions that it has in the struggles and in the construction of knowledge the key points of motivation. Starting from the perception of an apparent attempt to make these struggles and knowledge invisible, it seeks to emphasize that the opposite process must be undertaken based on the way the researcher-social scientist places himself in and among these peoples. Based on a bibliographic and documentary study, possible ways for collaboration between the Academy and traditional peoples and communities in the Amazon are analyzed in order to highlight the need for researchers to also position themselves as communicators establishing a collaborative relationship with these peoples and communities as a possible resistance strategy. The New Social Cartography of the Amazon Project is seen as an aggregating model of resistance and insurgency, which serves, in this sense, to show that it is possible to face the invisibility of the struggles and knowledge of traditional peoples and communities in step with production the knowledge of the Academy.

Keywords: Traditional Peoples and Communities. Scientific research. Communication. Applied Social Sciences. New Social Cartography Project of the Amazon.

1 INTRODUÇÃO

O artigo ora apresentado é fruto de uma reflexão acerca da importância que a comunicação tem na relação pesquisador e povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais na Amazônia. Interrogasse, nesse sentido, o papel que ela tem para a disseminação das lutas e saberes desses povos e comunidades especialmente quando se pensa a respeito de uma produção acadêmica cuja fonte de análises quase sempre parte deles ou se volta para eles. Com isso em mente, analisa-se como a comunicação pode ser importante fator de resistência indutora de um processo de insurgência de povos e comunidades tradicionais ladeado, diga-se, pelo fazer científico de pesquisadores já sensíveis a essa problemática.

Objetiva-se centralmente suscitar o debate sobre a necessidade de construir comunicação enquanto elemento propulsor e disseminador de um duplo movimento de povos e comunidades tradicionais na Amazônia: a resistência ao exercício do poder hegemônico e a insurgência a ele por meio de ações que tem nas lutas e nos saberes os pontos chave de motivação. Vislumbra-se isso por meio do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Assim, interessou em primeiro lugar investigar e refletir sobre o que se reputa serem as invisibilizações da luta e dos saberes de povos e comunidades tradicionais, ou ao menos tentativas de invisibilizações; parte-se de pesquisa sobre a maneira como se noticiou o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3239/04. Analisa-se que o silêncio da grande mídia se alia a uma descaracterização da própria maneira de organização e mobilização desses povos, causando em meio à sociedade a sensação de que se trata de ações de outros grupos – por vezes tidos como subversivos e, por isso, marginalizados.

Nesse mesmo passo, percorrem-se autores diversos do campo da Comunicação a fim de que se coloque em paralelo o fazer comunicação e o fazer pesquisa, demonstrando-se a necessidade de que o pesquisador,

mormente se das Ciências Sociais, estabeleça com povos e comunidades tradicionais uma relação dialógica e não apenas mercantil ao tirar-lhes informações sem dar-lhes efetivamente um retorno efetivo da pesquisa.

Considerando a necessidade de se responder mais apropriadamente sobre a possibilidade ou não de aliar comunicação, produção científica e outros saberes, resistência e insurgência, faz-se abordagem a respeito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Para entender-lhe enquanto um espaço de disseminação de um fazer científico diferente, mas inteiramente adequado a uma proposta de salientar que a resistência e a insurgência de povos e comunidades tradicionais contra o sistema hegemônico que exercita o poder sobre eles estão em prática.

Os passos metodológicos seguidos envolveram pesquisa documental e bibliográfica; análise do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, inclusive de seu *site*; leitura de depoimentos de lideranças de povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais ligados ao projeto; identificação de elementos denotadores do que aqui se intitula como resistências e insurgências; e análise interdisciplinar a respeito do papel o pesquisador social em meio a povos e comunidades tradicionais.

E por que se torna importante nesse momento suscitar o debate para o qual ora se pretende contribuir? Em outras palavras quais seriam as justificativas a apoiarem esse trabalho? Entende-se que há em primeiro lugar um momento privilegiado para se trabalhar questões no âmbito da Comunicação. Vive-se na atualidade uma verdadeira explosão de meios e ferramentas, de informações cujo fluxo é altamente denso, de verdades, contra verdades e não verdades.

Assim, o potencial da comunicação vivenciado na atual realidade necessita ser trazido para um âmbito em que ela não seja propiciadora da ascensão de modelos excludentes, mas sirva de canal de unidade e meio para que vivências antes relegadas e excluídas sejam evidenciadas e suas lutas possam ser percebidas pela ampla maioria da população, embora ainda contaminada pelas investidas reacionárias modernas.

A Academia – como espaço plural e diverso – encampando debates como esses contribui para a não instrumentalização do processo comunicacional, colaborando para que a Comunicação seja realizada enquanto via de mão dupla, que não deixa de lado a construção de relações abertas ao pluralismo e capazes de agregar forças com potencial de resistência e que no processo de Comunicação com a ciência e outros saberes determinem os passos de uma real e exequível insurgência.

Em segundo aspecto, mas não menos importante, se deve salientar o papel inalienável que têm a pesquisa e os pesquisadores das Ciências Sociais para a resistência ao modelo de negação da própria ciência em voga hoje no Brasil. As cobranças advindas não apenas do atual governo central, mas de inúmeros setores da sociedade acabam por fazer parecer que as Ciências Sociais, Aplicadas ou não, nada têm a contribuir para o progresso e o desenvolvimento nacionais, sendo relegadas a um segundo plano no que tange, principalmente, aos investimentos feitos.

Assim, ambos aspectos apontam para a centralidade e a urgência de se debater a respeito dessas estratégias agregadoras de resistência e insurgência, tal como se analisa o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, ao mesmo tempo em que se deve usar de criatividade para estabelecer modos novos para o fazer científico e a Comunicação tem, sem embargo, essa possibilidade.

2 POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA: LUTAS E SABERES INVISIBILIZADOS OU NÃO COMUNICADOS?

Em que pese o fato de as sociedades atuais serem marcadas pela diversidade étnica, e cultural, por consequência, foi apenas no fim da década de 1980 do século passado que internacionalmente a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a Convenção 169/1989 que atualizou a Convenção 107/1957 que trata sobre Populações Indígenas e

Tribais. Nesse documento de alcance internacional, os países signatários obrigavam-se a “assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade” (BRASIL, 2004).

Dessa maneira, foi pelo Decreto 5051/2004 que o Brasil promulgou essa Convenção assumindo as responsabilidades de manter a integridade dos direitos reconhecidos dos povos originários ao mesmo tempo em que se comprometeu a garantir-lhes proteção e promoção para a efetiva vivência de seu modo próprio de vida e reprodução de sua identidade. Contudo, foi em 2007 que o Decreto 6040/2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; nesse decreto aparece a definição de Povos e Comunidades Tradicionais segundo a qual são

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

No presente artigo e em toda a análise realizada, tal foi o conceito que se considerou para a abordagem a respeito de povos e comunidades tradicionais. Tal excerto não é usado apenas para justificar o uso do termo enquanto definidor de uma categoria, mas para mostrar que juridicamente, o Estado Brasileiro, assimila o trato diferenciado a esses povos, ao mesmo tempo em que busca, ao menos aparentemente, estabelecer maneiras de materialização de salvaguarda dos direitos a eles garantidos. É nessa mesma linha de raciocínio que se entende o advento do anterior Decreto 4887/03 o qual acabou por ser questionado por forças antagônicas aos povos e comunidades tradicionais em 2004.

Em 09 de novembro de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239/2004 despertando a atenção de alguns setores da sociedade para as questões ligadas aos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Em 2003, o Governo Federal havia editado o Decreto 4887/03 que regulamentou o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) no tocante ao procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais.

Ocorre que em 2004, o então Partido da Frente Liberal, hoje Democratas, ingressou com a ADI 3239/04 solicitando que o STF, por razões ali alegadas, declarasse inconstitucional aquele decreto. Após um pedido de vista do Ministro Edson Fachin, o julgamento foi retomado em 08 de fevereiro de 2018 e por maioria de seus membros (08 de 11), o STF julgou improcedente a Ação e garantiu a titulação e posse de terras ocupadas por comunidades quilombolas. Entretanto, todo esse movimento não constou como pauta na grande mídia nacional. O que também se pode verificar atualmente com o caso dos Quilombolas de Alcântara, no Maranhão.

Esses episódios levam a um questionamento necessário do ponto de vista da maneira como a luta e a produção de conhecimento dos povos e comunidades tradicionais têm sido consideradas frente a uma perceptível tentativa de invisibilização presente nos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, é com um não surpreendente espanto que Leite (2010, p. 28) afirma que “Como estudiosa do assunto fico admirada com a frequência que estas ideias alcançam a grande imprensa, ao mesmo tempo em que a voz dos quilombolas está sendo sempre abafada”.

A invisibilização da luta, em conjunto com a desconsideração dos conhecimentos, e o abafamento das vozes dos povos e comunidades tradicionais acabam por dar a sensação à comunidade nacional de que as estratégias que eles usam para fazerem frente ao processo de tentativa

de sua exclusão é nada além de uma continuidade de outras estratégias presentes em lutas de grupos que não se inserem na perspectiva identitária (ALMEIDA, 2008). É nesse sentido que, na maioria dos casos, confundem-se lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) com as dos quilombolas, tal como afirma Leite (2012, p. 28-29):

Argumentos com este teor têm sido surpreendentemente alardeados até por especialistas na questão agrária brasileira, que sem nenhum conhecimento do assunto, ousam transpor, de forma superficial e reducionista, a questão dos quilombos à dos movimentos dos sem-terra (principalmente o MST), como se um fosse construído sob as supostas bases atribuídas ao outro.

Em meio a esses contextos de luta e de reafirmação constante de identidade, bem como de resistências e estratégias é que emerge a figura do pesquisador – por sua *práxis*, potencial comunicador –; é, portanto, necessário que a relação dele com as comunidades seja um constante exercício de comunicação considerando que

Na própria etimologia do termo, Martino (2001) frisa, a ideia de comunicação já está vinculada ao produto de um encontro social. Esse entendimento também é manifesto pela decomposição do termo nos radicais “comum + ação”, onde o significado da “ação comum” é o de uma ação realizada sobre outrem em uma situação de encontro (LELO, 2015, p. 112).

Entende-se assim que a pesquisa científica, notadamente a que tenha cunho social, que aproxima o pesquisador e as comunidades tradicionais, são o motor e a razão para o encontro; encontro que pode ser dado em contexto amigável ou não, mas que sempre será a oportunidade para a “ação comum”. Assim, acredita-se que o papel daqueles, cujas pesquisas se dão junto a povos e comunidades tradicionais seja para além do simples investigar, colher dados, julgá-los à luz de suas teorias. Acredita-se que sua tarefa é comunicar.

É necessário que o pesquisador-cientista, empossado de suas teorias e bases empíricas, não perca de vista a comunicação enquanto processo de mão dupla: tanto ele deve buscar os sujeitos pesquisados quanto também deve se dar a eles em uma constante troca, afinal, isso é o que possibilita a construção da significância, a identificação pessoal como resultado de uma práxis relacional e a efetivação de um mundo comum corporificado nas práticas dos pretendentes à construção de uma realidade social, afinal

Nesse sentido, o “comum” implicado na comunicação é o que permite a construção contextualmente coordenada e orientada de significância (Dewey); o processo permanente de identificação pessoal decorrente da práxis relacional (Jacques); a consolidação de um “mundo comum” ancorado nas práticas encarnadas dos envolvidos em construir a realidade social (Quéré) (LELO, 2015, p. 116).

Não há comunicação – nem deveria haver pesquisa – sem que se torne comum ou sem tornar algo comum. O verbo, portanto, é comunicar. Na mesma medida em que o pesquisador busca, também ele deve levar; se requer reter, deve antes se dar (SODRÉ, 2007).

Ao tratar sobre a comunicação, Sodré (2007) lembra que o ato de comunicar é instaurador de uma realidade de comunidade a qual não pode ser confundida com um ser individual senão com um coletivo. Mas também esse coletivo não pode ser confundido com uma instituição. Há que se considerar o “nada constitutivo” a partir da premissa de que se trata de uma interioridade que não tem o fim em si mesmo no aspecto comunicacional, mas está sempre destinada ao outro.

Pesquisar, portanto, mormente nas áreas humanas, é voltar-se ao outro com a vontade de comunicar, dar-se a partir de seu interior para encontrar o que lhe é exterior, e assim tornar comum o que antes fora escondido. Sem que se faça o exercício comentado por Sodré (2007) qual seja: o de se tornar um pesquisador, comunicador em essência, corre o risco de também falar muito, mostrar-se por demais em suas habilidades

teóricas, mas não conseguirá alcançar o âmago das prementes questões que se colocam hoje entre a Academia e os povos e comunidades tradicionais e destes para com a sociedade em geral.

“O debate sobre a identidade continua em aberto na América Latina” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 260), no sentido de que: se há de um lado o ufanismo de correntes que buscam um retorno ao início. Há também aqueles cuja visão de desenvolvimento os coloca em confronto direto e irreconciliável com formas tradicionais de existência (MARTÍN-BARBERO, 1997). É nesse sentido que o autor desenvolve seu raciocínio centrando-se nas mediações, e a questão cultural está imersa nesse contexto.

O pesquisador-cientista social deve não apenas ver a cultura como algo que marca diferenciações. Mas como algo que torna os indivíduos seres únicos em relação aos outros. É preciso que o contato com os sujeitos a serem pesquisados não acomode a visão do pesquisador para que não se corra o risco do “esmaecimento da memória” (MARTÍN-BARBERO, 1997).

De acordo com Santos (2005) tal processo só se torna possível a partir do “estar lá”, onde a cultura e a existência se concretizam no cotidiano. Nesta *práxis* estão presentes as bases da comunicação entre pesquisado e pesquisador: o olhar, o ouvir e o escrever (OLIVEIRA, 1996). Para estabelecer o vínculo comunicacional a Antropologia evidencia a necessidade da construção “de um vínculo de confiança mútua entre o ele e o outro. Para Santos (2005) a pesquisa com sociedades humanas não é uma pesquisa sobre elas e sim com elas, e neste caso os povos e as comunidades tradicionais não são apenas informantes e sim interlocutores cuja relação se efetiva a partir do processo comunicacional.

Tanto o pesquisador deve estar com as comunidades, quanto, ao divulgar seus estudos, fazer delas agentes protagonistas da ação comum de pesquisa e descobertas. Trata-se de um trabalho dualístico que vai para além do simplesmente estar na comunidade. É coabitar e ser consciente disso. “Árvore da informação sempre esconde a floresta da comunicação”

(WOLTON, 2006, p. 219). Essa assertiva vai ao encontro do que ora se reflete, pois quase sempre se para na informação. Na escola, nos telejornais, nas revistas, nos diálogos, nos jornais impressos... se faz o dia a dia girar em torno de informações.

Wolton alerta que se é verdade que as informações são importantes, é mais verdade ainda que os contextos em que se inserem são bem mais interessantes porque contêm fontes de reflexão sobre o próprio ser pessoa. “É nisso que a comunicação é um conceito democrático que necessita do reconhecimento do outro” (WOLTON, 2006, p. 219). Dessa maneira, não se pode negligenciar esse reconhecimento, afinal é a partir dele que o pesquisador versará a respeito do que ouviu, viu, viveu ou conheceu sobre determinado povo ou comunidade.

Considerando os pontos ora levantados, ratifica-se a noção sobre a existência de um processo aparentemente inofensivo e não intencional de que as lutas travadas por povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais e seus conhecimentos, especialmente da Amazônia, não sejam fontes de preocupação para a grande mídia ou para os veículos de comunicação de massa mais abrangentes em âmbito nacional. E quando tais elementos são noticiados, o são de maneira rasteira e desligadas, quase sempre, de uma abordagem integral. É o processo que aqui chamamos de invisibilização das lutas e dos saberes contra a qual pouco se pode fazer.

Há, entretanto, ainda nos termos aqui colocados, outro processo para o qual é possível se vislumbrar um caminho contrário: o processo da não comunicação. Quando se traz presente a necessidade de o pesquisador-cientista social promover um processo comunicacional com os povos e comunidades tradicionais o que se coloca é, na verdade, um passo inicial no sentido de que juntos estabeleçam a marcha contrária à não comunicação. Entende-se que essa práxis deve ser constante e ser feita no mesmo compasso entre povos e comunidades tradicionais e pesquisadores como estratégia de resistência e de insurgência uma vez que o que está em jogo é a luta pelos direitos outrora conquistados, mas constantemente

negados ou negligenciados. Assim, comunicar passa a ter sentido e tom de embate e de insurreição contra o poder hegemônico.

Alguém, entretanto, poderia se questionar sobre a irrealidade dessa proposta alegando ser ela até mesmo utópica. Contudo, há evidentes progressos nesse sentido que não podem passar despercebidos. Pelo contrário, devem ser conhecidos e incentivados sob o título de exemplos para a perspectiva da comunicação enquanto fator de disseminação das lutas e das conquistas que cientistas-pesquisadores sociais, povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais lograram nos últimos tempos.

É no bojo de tais conquistas que se encontra o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA, como um conjunto de ações em comum, em que os agentes sociais são os protagonistas, possibilitando reais condições para que aqueles grupos tenham visibilidade política e seus direitos respeitados. Aborda-se, assim, na próxima seção, as contribuições que o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia por meio de oficinas, eventos, e por seu *site*, tem dado rumo a essa mudança de perspectiva.

3 A COMUNICAÇÃO COMO ELEMENTO DE RESISTÊNCIA E INSURGÊNCIA: O PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

Foucault (1926-1984) contribuiu para o entendimento de temas como o poder e a resistência. Ainda que não se pretenda discutir profundamente tais contribuições, procura-se estabelecer um diálogo com suas reflexões, extraíndo por meio de aproximações, bases de julgamento para se compreender as ações e práticas, os movimentos e as estratégias dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia à luz da possibilidade de se entender como se dá a marcha contrária à tentativa de invisibilização das suas lutas.

Grabois (2011) apresenta que para Foucault a resistência não pode ser tida como uma substância, e não deve ser entendida como anterior

ao poder. Assim, havendo um, tende a haver também o outro. Suas características são igualmente compartilhadas afinal ambos devem ser inventivos, móveis, produtivos e se originam por meio de um processo de base, e ao mesmo tempo se distribuem de maneira tal, que denotam uma estratégia bem entabulada e construída que conseguem emergir em determinado tempo e local.

Destarte, a resistência não é propriamente matéria, mas um conjunto de estratégias que visam garantir a um indivíduo ou a um grupo a permanência de sua própria existência em enfrentamento, talvez até cotidiano, com o exercício da força antagonica que pode se manifestar na ação do Estado (a exemplo dos moradores de Alcântara, MA, atingidos pela Base Espacial), na ação de particulares (qual sejam as investidas de mineradoras contra Comunidades Quilombolas) ou até mesmo na conjugação de ambos.

Ao tratar sobre o tema da resistência, Scott (2011) no artigo “Exploração normal, resistência normal” desenvolve a ideia de uma resistência para além do conjunto de ações, táticas e estratégias bem montadas, e, de alcance consideravelmente grande e espetacular. Partindo da análise da vida camponesa, o autor desvia da ideia de rebelião ou revolução apontando a limitação desses modelos de oposição no intuito de defesa de interesses próprios, e quiçá de sua própria vida.

Ao invés disso, pareceu-me muito mais importante aquilo que poderíamos chamar de formas *cotidianas* de resistência camponesa – a prosaica, mas constante, luta entre o campesinato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros. A maioria das formas assumidas por essa luta não chegam a ser exatamente a de uma confrontação coletiva (SCOTT, 2011, p. 219).

Outro ponto importante a se destacar é o de uma batalha de resistência a partir do uso de ferramentas ordinárias dos grupos que se articulam para fazer frente a seus oponentes. “Relutância, dissimulação,

falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante” (SCOTT, 2011, p. 219). A essas que ele chama de “armas ordinárias”, pode-se acrescentar a experiência do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e a comunicação das lutas e saberes que se faz por meio dele, utilizando-se de seu *site* na *internet*, de seus mapas situacionais, dossiês, fascículos e demais produções.

Visando satisfazer indagações e questionamentos diversos a respeito do PNCSA, o professor Alfredo Wagner Berno de Almeida tem exposto que “O projeto trabalha com autodefinição, recusa a personificação do coletivo e trabalha com o que os agentes sociais consideram relevantes. Assim, cartografamos o que é relevante para eles!” (ALMEIDA, 2010, p. 53). Não se tem aqui o propósito de discutir a respeito do PNCSA, mas de caracterizá-lo como um exemplo de iniciativa em que se agregam o fazer e o comunicar, em meio a lutas e tentativas de resistência e de insurgência de povos e comunidades tradicionais da Amazônia e movimentos sociais.

Pode-se dizer que a iniciativa embrionária para o PNCSA foi o mapeamento social empreendido entre 2004 e 2005 cuja temática foram as ocorrências envolvendo os babaquais e como as quebradeiras de coco babaçu estavam lidando com a situação de retirada de seu direito sobre o território que até aquele momento era seu espaço de vivência. Nos dizeres de Almeida:

Foi a partir de categorias de identidade e da produção de mapas que discutimos preliminarmente, em 2004 e 2005, as iniciativas de mapeamento social do PNCSA, registrando em campo as ocorrências de derrubadas de palmeiras e a devastação dos babaquais. Esses registros consistiram numa matéria-prima de análise. As quebradeiras de coco babaçu participaram do trabalho de campo e contribuíram decisivamente na elaboração dos seis primeiros fascículos e da elaboração do mapa síntese da região ecológica dos babaquais e do livro-guia que o acompanha, cuja denominação é a seguinte: **Guerra Ecológica nos Babaquais**.

As quebradeiras de coco babaçu participaram das oficinas de mapas e dos respectivos cursos de capacitação. A partir daí elas se deslocaram pela área e marcaram os pontos com GPS, selecionando elas mesmas o que consideravam como relevante para integrar o referido mapa síntese (ALMEIDA, 2008, p. 169-170).

A experiência do PNCSA torna evidente que não há uma assimilação pelos grupos sociais das táticas e estratégias dos grupos antagônicos em sentido direto, mesmo porque a relação de forças é desproporcional. Mas o que se tem visto é que a articulação e mobilização coletivas têm conseguido alcançar sucesso nas iniciativas dos povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais ligados ao projeto, os quais vão ao longo do tempo demonstrando sua capacidade de resistência ao poder hegemônico, no mesmo passo em que usando a comunicação na grande rede vão se insurgindo contra o modelo de difusão de notícias que visa à invisibilização da sua luta e de seu conhecimento.

O ato de mapear se torna muito mais que tracejar uma área em determinado espaço, trata-se de manifestar por escrito aquilo que é vivido. A relação, portanto, entre mapeamento social e questão identitária estabelecida pelo PNCSA deve ser vista como uma ação de afirmação política dos agentes envolvidos uma vez que se torna uma das ferramentas do processo de ratificação do poder – a feitura de mapas – aliadas não somente à participação, mas sim ao protagonismo atuante de quem vive a realidade cartografada.

Longe de ser uma negação da Ciência, mas como alternativa ao fazer científico academicocêntrico, – haja vista que, as mobilizações que os mapas ditos oficiais não abarcam e mesmo escondem fatos importantes para os atores sociais que naquele espaço existem – o modo de se executar o projeto revela uma alternativa possível de convivência entre os postulados consolidados de uma prática de ciência e a valorização dos conhecimentos que derivam da experiência vivida. Ainda nas palavras de Almeida: “E não só cartografamos, mas ensinamos a eles as técnicas de cartografar

aquilo que é relevante para eles. E nos colocamos como uma equipe que só interfere incidentalmente, e em último caso” (ALMEIDA, 2010, p. 53).

Demonstra-se, dessa maneira, que não se está longe da disseminação de iniciativas nas quais os pesquisadores-cientistas sociais transformem em prática os postulados de uma ciência que não apenas define, avalia, julga, interpreta ou descreve, mas que se engaja no trabalho de transformação social o que nesse momento da História Brasileira se cobra com insistência a partir de diversos setores. Ao trazer em seu *site* e em outras publicações as lutas e o produzir conhecimento dos povos e comunidades tradicionais, não apenas da Amazônia, o PNCSA colabora para que outra relação entre pesquisadores e sujeitos pesquisados seja entabulada. E isso demonstra, grosso modo, que aquele emudecimento pretensamente pretendido pelo *status quo* não se estabeleça por completo.

Assim, lutas e saberes comunicados por meio da rede mundial de computadores e por meios mais tradicionais de comunicação e em harmonia com o fazer científico são a prova de que a relação dialógica da comunicação entre estudiosos e povos e comunidades tradicionais não é algo impossível de acontecer, mas depende basicamente da sensibilidade do pesquisador a fim de que não se caia no erro de impor-se perante o que se pode chamar de objetos de pesquisa, mas agindo a partir dele em uma relação muito mais dialogal que hierárquica, uma interlocução..

4 A TÍTULO DE CONCLUSÕES

Uma primeira perspectiva de se entender as relações aqui delineadas é quanto ao papel que o pesquisador desempenha em relação aos povos e comunidades tradicionais, as maneiras como interpreta e como lida com as manifestações, as estratégias de mobilização e os resultados de suas lutas diárias. Uma tentação constante para quem deseja fazer sua vida acadêmica na pesquisa com povos e comunidades tradicionais é se colocar com uma perspectiva de neutralidade frente ao contexto em que está pesquisando.

Nesse mister, por vezes até convicto da postura provavelmente neutra que a Ciência deve ter, o cientista pode negligenciar aspectos que impossibilitam o fazer comunicação. Uma postura que se pode entender assim, é relegar os saberes com os quais se tem contato a um segundo plano, e até de maneira marginal ao saber científico. Agindo assim, o pesquisador corre o risco de traçar uma linha tão solidamente construída entre ele e os povos e comunidades tradicionais que o fazer comunicação se torna, na prática, impossível.

Viu-se ao longo dessas páginas que os teóricos da Comunicação, em sua maioria, a tratam como um processo vivo, relacional e dialógico para o qual é imprescindível a abertura, que se materializa em maneiras práticas de colocação em meio às populações e não acima delas. A vivacidade do processo tem como consequência o fato de ele não ficar enrijecido e estritamente formal. Assim, já não se preconcebem estratégias, mas de tal maneira elas vão se construindo ao longo do fazer da pesquisa que acabam por aproximar pesquisador e sujeitos pesquisados estabelecendo uma relação que vai além do que se pode conceber como hierarquia, mas sim como relação horizontal.

Destarte, esse processo é também relacional. Não há comunicação sem que haja o estabelecimento de relações e, em sentido estrito, relacionamentos. O pesquisador que ao longo da elaboração e concepção e execução de sua pesquisa não se considerar como alguém que deve praticar o “estar com” dificilmente poderá alcançar o âmago das prementes questões que envolvem povos e comunidades tradicionais.

Estabelecer o processo de comunicação é também ir em busca da realização e consolidação do diálogo entre o pesquisador e os povos os quais se insere sua pesquisa. Estabelecer diálogo significa estar disposto a escutar, a perceber o que não é dito, a considerar gestos e atitudes não a partir de uma teoria secularizada e que pode não responder à realidade na qual se pesquisa. A relação dialógica pressupõe o perceber seu campo e

suas limitações e a reconhecer no outro a importância que a grande mídia não reconhece, não só academicamente falando, mas como sujeito social.

Nesse sentido, aparece aquela necessidade aqui apontada de que o pesquisador deve se entender também como comunicador. Isso é imprescindível para que ele possa considerar povos e comunidades tradicionais de forma diferente do que se coloca por parte de inúmeras fontes de informação. Assim, seus trabalhos não devem ser apenas informação. Devem ser, isso sim, fruto de uma experiência construída e vivida a partir da interação respeitosa com os povos originários.

E como realizar isso? Em uma sociedade em que o conhecimento é, em muitos casos, visto como algo a ser definidor de aceitação da pessoa no grupo, em que a ciência que se pretende posse sua, é vista como estratificadora social? Como fazer para ver povos e comunidades como o outro com direitos à sua alteridade e à autodeterminação de sua identidade?

Espera-se que sempre mais o pesquisador social busque aquele elemento destacado por Wolton (2006) segundo o qual o ato de comunicar deve fazer entrar no problema do outro. Quando se verificam as graves ameaças aos direitos dos povos e comunidades tradicionais e ao mesmo tempo se evidenciam estudiosos indo até eles extrair a matéria-prima para suas dissertações e teses, é imprescindível que se olhe com essa lente de Wolton: o pesquisador-cientista deve entrar no problema e transpor a barreira do “eu e eles” direcionando-se ao “nós”.

Em que pese em muitos casos isso ser confundido como ativismo social e denegado enquanto ciência, é somente o pesquisador consciente de seu papel que saberá o que faz uma vez que estabeleceu com a comunidade (o outro em coletivo) uma relação de confiança, ainda que esta esteja em nossos dias combatida. Comunicar é, pois, o início e o processo que se espera na relação do pesquisador social com os povos e comunidades tradicionais. E o papel da Academia – em especial a pública – é a de evidenciar as vozes e a luta de povos e comunidades tradicionais como forma de resistência, insurgência e de sobrevivência de ambos.

É aqui que aparece então o elemento que se julga tratar de basilar para a compreensão do que é abordado, o caráter de resistência que o comunicar deve promover. Dito assim, parece algo distante um do outro, contudo, considera-se que o processo dialógico, vivo e relacional que envolve a pesquisa de um cientista sensível a essa necessidade, transpõe os limites que a ciência positivista estabeleceu, isso tem como consequência um fazer ciência que se distancia de ser apenas diferente ou inovadora. Ela é eivada de resistência no sentido de que se trata de um processo que não reproduz o modelo eurocêntrico demarcador de uma forma hierárquica de pesquisa.

O elemento de resistência aqui tratado não se faz isoladamente. Se em primeiro lugar, tal item aparece no modo de fazer pesquisa e na maneira como o pesquisador se vai postar, a insurgência – o outro elemento presente no texto – se faz a partir do momento em que, usando dessa estratégia, o cientista evidencia para além dos muros da Academia a luta e os saberes dos povos e comunidades tradicionais, não usurpando as suas vozes, mas estando junto com eles.

Foi nesse sentido que aqui se tomou como objeto de análise do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, por se reconhecer nele como é possível superar as barreiras de uma dicotomia entre o fazer científico e o conhecimento popular, estimular o reconhecimento da importância de saberes diversos, ao mesmo tempo em que se vislumbra uma maneira de evidenciar a importância de disseminar as lutas, as vivências e as culturas diversas de povos e comunidades tradicionais.

Isso tudo posto sob o ponto de vista da Comunicação tem como fim último, mas não terminal, um indicativo de procedimentos que precisam ser entendidos por todos quantos intencionam pesquisar em meio a povos e comunidades tradicionais: o comunicar para promover e não para esconder; o divulgar para demonstrar as resistências insurgentes e não para colaborar com o processo em voga de marginalização das lutas desses povos e comunidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Entrevista a Guilherme Mansur Dias. **Ruris**, v. 3, n. 2, ago./fev., p. 17-54, 2010.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, “faxinais e fundos de pasto”**: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª ed. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.

BRASIL. **Decreto n. 5051**, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 6040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 20 out. 2019.

GRABOIS, P. F. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 19, p. 7-27, 2011.

LEITE, I. B. Humanidades insurgentes. Conflitos e criminalização dos quilombos. In: ALMEIDA, A. W. B. de et al. (Org.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. p. 18-41.

LELO, T. V. Figuras do “comum” na comunicação: pensando as interações a partir de suas tensões. In: MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. **Teorias da comunicação: processos, desafios e limites**. São Paulo: Plêiade, 2015. p. 109-124.

MARTÍN-BARBERO, J. Os métodos: dos meios às mediações. In MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 258-322. (Capítulo 2 da III Parte).

OLIVEIRA, R. C. O Trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**. v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/MINI%20CURSO%20RAFAEL%20ESTRADA/TrabalhodoAntropologo.pdf. Acesso em: 02 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 169/1989**. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm>. Acesso em 20 out. 2019.

SANTOS, R. J. **Antropología para quem não vai ser antropólogo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.

SCOTT, J. C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 217-243, 2011.

SODRÉ, M. Sobre a episteme comunicacional. **MATRIZES**. v. 1. n.1, p. 15-26, out. de 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38174/40899>. Acesso em: 17.out.2019.

WOLTON, D. Comunicar é coabitar. In: WOLTON, D. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006. p. 219-226.

Texto submetido em: 07.05.2020

Aceito para publicação em: 11.05.2020

